



REUNIÃO ME

8 abril 2020

Videoconferência com as Organizações Sindicais e a tutela, representada pela Senhora Secretária de Estado da Educação, Dra. Susana Amador, e o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação, Doutor João Costa

A Dra. Susana Amador, recordando que o país se encontra em Estado de Emergência desde 18 de março, salientou que a nível mundial existem 1.6 milhões de alunos sem aulas. A nível nacional, ontem iniciaram-se reuniões com outras associações relacionadas com a Educação, como o Conselho Nacional da Educação e associações de pais, encontrando-se neste momento o Senhor Ministro a reunir com outros partidos políticos. Agradeceu a presença e a preocupação das organizações sindicais hoje reunidas, salientando que a abertura das escolas, quando acontecer, irá ter lugar com as máximas condições de segurança. Conforme anunciado, está previsto o recurso à televisão para complemento do ensino à distância, a partir de 14 de abril, para o ensino básico, até ao 9º ano. Foi, entretanto, realizado um levantamento nas escolas, para aferir as necessidades de materiais informáticos para os alunos.

O Doutor João Costa referiu que será através da RTP Memória que o complemento se realizará. No momento, em termos da curva epidemiológica, o país encontra-se numa fase de planalto, em que há uma estagnação da curva de contágio, pelo que a retoma das atividades deverá realizar-se de forma progressiva, até se atingir a normalidade; há que fazer uma gestão do momento. A presente reunião serviu para auscultar os sindicatos no que concerne a três matérias: possíveis ajustes no calendário escolar - retoma das atividades letivas, a avaliação do 3º período e os exames.

A Dra. Fátima Ferreira, Presidente da ASPL, deu conta dos contributos da ASPL, vertidos no Ofício enviado ao Ministro da Educação no passado dia 31 de março, reiterando a total discordância da nossa organização sindical, ao regresso das atividades letivas e não letivas presenciais a 4 de maio, para qualquer nível de ensino, pois as razões que poderiam sustentar a discriminação que o ME está a equacionar entre os alunos do ensino básico e os do secundário, não são tão essenciais como **é o dever do Estado de assegurar as condições que melhor permitam a preservação da saúde e da vida de todos os alunos e demais infetados por cadeias de contágio que se iniciem nas escolas !**

Ouvidas todas as organizações sindicais presentes, a Dra. Susana Amador agradeceu todos os contributos e afirmou que o Ministério da Educação reconhece o trabalho desenvolvido pelos professores e que o seu papel perante os pais os valoriza. Houve um salto qualitativo nos meios tecnológicos, num curto espaço de tempo. As escolas de referência merecem também o devido reconhecimento.

Apesar de toda a atípica situação que nos envolve, os concursos de professores decorreram com normalidade e, por forma a não sobrecarregar o serviço, apenas agora seguirão as informações alusivas às vagas para os 5.º e 7.º escalões. Está também prevista uma Circular da DGAE, que incidirá sobre a progressão na carreira, visando que os docentes não sejam prejudicados por motivos de formação e de observação de aulas.

As famílias encontram-se em teste perante esta nova realidade, estando previsto que as autarquias atribuam computadores e *tablets* aos alunos que não têm possibilidade de os adquirir. Os dados dos especialistas da saúde serão sempre tidos em conta nas decisões a tomar na área da educação. Agradeceu todos os contributos das organizações presentes.

O Doutor João Costa reiterou o agradecimento, recordando que na saúde as decisões são tomadas paulatinamente, este é um momento de incerteza. A mitigação das diferenças urge, mas a adaptação não é súbita, há que haver uma tolerância. Os professores devem ter um agradecimento e reconhecimento públicos, o que o ME tem procurado fazer, várias vezes.

Chamou ainda a atenção para a tomada de decisões no presente, as quais irão ter um impacto no próximo ano letivo. A questão da proteção de dados está a ser analisada; há uma distância entre a lecionação de matéria nova e a consolidação da matéria previamente lecionada. A continuidade no 3.º período envolve o empenho dos alunos e a adaptação dos critérios de avaliação. Concluiu, dizendo que há que agradecer a todos os conselheiros para a tomada de decisões.